

# COMEMORAÇÃO DOS

**Uma publicação do TRF - 2ª Região • Março/99**

# 10 ANOS DO TRF





## *Hotel Portobello*



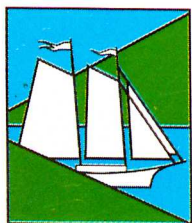
## *Suite Hotel Portugalo*



## *Pousada Porto Paraty*



*Smiles*



*Safari, praias, e cidade histórica: tem tudo, só falta você.*

INFORMAÇÕES E RESERVAS

Portobello: (021) **689 3000** • Portugalo: (024) **361 4343** • Porto Paraty: (024) **371 2323**

<http://www.hotelportobello.com.br> • e-mail: [reservas@hotelportobello.com.br](mailto:reservas@hotelportobello.com.br)



## HISTÓRIA

Quem deixa hoje a rua Acre e entra no hall dos elevadores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, num dia típico de verão carioca, é agradavelmente surpreendido pelo contraste de temperatura proporcionado por possantes máquinas de ar-refrigerado. Notam-se seguranças atentos em seus postos, ascensoristas uniformizados e solícitos. Os servidores apresentam-se sobriamente vestidos, enquanto aguardam, em fila circunspecta, a chegada do elevador. Tudo contribui para o clima de ordem e de gravidade característicos de uma Corte de Justiça. Porém, nos primeiros meses de 1989 o quadro ainda era bastante diferente.

Instituto Brasileiro do Café (IBC), Gabinete do Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Associação dos aposentados do IBC e até mesmo o recém-criado Tribunal Regional Federal da 2ª Região, quaisquer destas diferentes instituições poderiam, no início de 1989, ser buscadas - e às vezes encontradas -, coabitando desajeitadamente o comprido prédio de número 80, da rua Acre, no Centro do Rio de Janeiro.

Criados os Tribunais Regionais Federais por determinação constitucional em 1988, o prédio da rua Acre foi então designado pela Comissão de Instalação, formada pelos Desembargadores Agostinho Fernandes, Tania Heine e Clélio Erthal, para servir de sede para o TRF, porém nele ainda achava-se instalado o recém-extinto IBC e também, ocupando todo o sexto andar, o luxuoso gabinete, no Rio de Janeiro, do então Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves.

Foi necessária a criação de uma verdadeira comissão de transição tripartite, envolvendo representantes do IBC, do Gabinete do Ministro da Indústria e Comércio e do TRF, para amenizar as dificuldades e suavizar os atritos inevitáveis, provocados pela obrigatória mudança.

Doutor Adilson Teixeira de Faria, atual Assessor de Relações Públicas e Cerimonial do TRF, ocupava então a função de Administrador da desapropriação, sob a orientação direta do Desembargador Clélio Erthal. Foi ele o encarregado de representar o TRF na comissão. Era uma situação bastante delicada em que foram necessárias doses inesgotáveis de paciência e de tato. "Alguns funcionários do extinto IBC nos olhavam como invasores", ele recorda. "Diziam que o prédio iria cair, balançava e que não era seguro. Espalharam a história de que, no subsolo, então trancado a sete chaves, e onde antes funcionara o laboratório de amostras de café do IBC, havia uma bactéria ou vírus, detectado em grãos do produto, e que, por ser altamente contagioso, não permitia a abertura do laboratório. Só por intermédio de um mandado de busca e apreensão o local pôde ser aberto e nada de anormal foi encontrado. Enfim, tentaram criar um verdadeiro clima de terror".

Em 30 de março de 1989, O Desembargador Presidente Doutor Romário Rangel inaugurou o Tribunal, que funcionava apenas até o quarto andar do prédio, ficando, então, os desembargadores alojados precariamente. O sexto andar, que continuava ocupado pelo luxuoso gabinete do Ministro da Indústria e Comércio, só posteriormente foi desocupado, através de acordo entre o Doutor Romário Rangel e o Ministro Roberto Cardoso Alves.

"Não tínhamos nem mesas nem cadeiras, papel ou máquina de escrever. Faltava tudo. Éramos órfãos...", assim o Doutor Romário Rangel descreve em seu primeiro relatório de atividades a situação do Tribunal na época de sua instalação. O grande interesse do primeiro presidente do Tribunal pela informática também é apontado unanimemente como responsável pela boa estrutura que o TRF possui hoje nesta área. "É preciso administrar o Tribunal com o pé no século XXI" dizia ele. Quando se recorda de que a distribuição processual era feita por intermédio de uma roleta idêntica à utilizada pelos bingos atualmente, evidencia-se o longo caminho percorrido.





Poder Judiciário  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL**  
**2ª REGIÃO**

**COMPOSIÇÃO**

**Desembargadores Federais:**

Dr<sup>a</sup> Tania Heine - Presidente  
Dr. Alberto Nogueira - Vice-Presidente  
Dr. Frederico Gueiros - Corregedor  
Dr. Paulo Barata  
Dr<sup>a</sup> Julieta Lídia Lunz  
Dr. Arnaldo Lima  
Dr. Chalu Barbosa  
Dr. Valmir Peganha  
Dr. Carreira Alvim  
Dr. Paulo Espírito Santo  
Dr<sup>a</sup> Maria Helena Cisne  
Dr. Castro Aguiar  
Dr. Ney Fonseca  
Dr<sup>a</sup> Vera Lúcia Lima  
Dr. Rogério Carvalho  
Dr. Antônio Cruz Netto  
Dr<sup>a</sup> Tanyra Vargas  
Dr. Ricardo Regueira  
Dr. Fernando Marques  
Dr. Raldênio Costa  
Dr. Sergio Feltrin Corrêa  
Dr. Francisco Pizzolante  
Dr. Benedito Gonçalves

**Diretor Geral:**

Dr. Luiz Carlos Carneiro da Paixão

**EQUIPE EDITORIAL DA PUBLICAÇÃO:**

**Planejamento e Produção:**

Alexandre T. Raposo (Secretaria de Acórdãos,  
Documentação e Divulgação - SDD)  
Sonia Hartmann (Ass. de Comunicação Social - ACOS)

**Capa, Editoração e Impressão:**

Secretaria de Acórdãos, Documentação e Divulgação - SDD

**Redação e Pesquisa:**

ACOS: Adriana Vilela, Ana Sofia Gonçalves,  
André Camodego e Angela Brites.  
SDD: Cesar Augusto Gondim

**Suporte Técnico:**

Pedro Hikaru Oishi (DIGRA/SDD)

**Revisão:**

Sérgio Mendes Ferreira (DIGRA/SDD)

**Fotos:**

Arquivo do TRF - 2ª Região e João Coelho (DIGRA/SDD)

**EDITORIAL**

Preparar esta Revista não foi nada fácil. Muitos (mas muitos mesmo) foram os obstáculos que precisamos superar ao longo dos quase 2. meses de trabalho.

E assim, vencemos as mais variadas dificuldades, desde a própria complexidade da publicação, até a quase intransponível falta de recursos que possibilitasse a impressão da Revista.

Mas hoje estamos certos, como nunca, de que as palavras ***dificuldade e criatividade*** não rimam por acaso.

E foi dentro desse espírito que fomos derrubando, um a um, nossos obstáculos.

Para resolver a questão da complexidade da Revista, montamos uma equipe séria, coesa e motivada. Infelizmente, o espaço é curto para nominar e parabenizar todos os seus integrantes. Mas cada um destes guardará, em suas memórias, o saboroso gosto da realização, do dever cumprido e, acima de tudo, da certeza de que, pela importância desta publicação, seus trabalhos ficarão definitivamente registrados na vida do TRF - 2ª Região.

Por tudo isso, podemos afirmar, sem qualquer medo de errar, que preparar esta Revista pode ser comparado à trajetória do TRF - 2ª Região nos últimos 10 anos, isto é, muito trabalho, muita dedicação, muitas dificuldades, mas, acima de tudo, a certeza do dever cumprido.

Parabéns Tribunal Regional Federal da 2ª Região! Parabéns a todos os seus magistrados, servidores e colaboradores!

*Conselho Editorial - SDD e ACOS*

**ÍNDICE**

<b>GALERIA .....</b>	<b>5</b>
<b>PERFIL .....</b>	<b>9</b>
<b>MÍDIA .....</b>	<b>12</b>
<b>ESTATÍSTICA .....</b>	<b>14</b>
<b>JURISDIÇÃO .....</b>	<b>16</b>



# COMPOSIÇÃO DO TRF

## GALERIA

*Confira a composição, de magistrados e diretores gerais, do TRF da 2ª Região nos seus 10 anos.*

## PRESIDENTES



*DR. ROMÁRIO RANGEL*  
*Gestão: de 1989 a 1991*



*DR. PAULO BARATA*  
*Gestão: de 1991 a 1993*



*DRª JULIETA LUNZ*  
*Gestão: de 1993 a 1995*



*DR. NEY VALADARES*  
*Gestão: de 1995 a 1997*



*DRª TANIA HEINE*  
*Gestão: de 1997 a 1999*

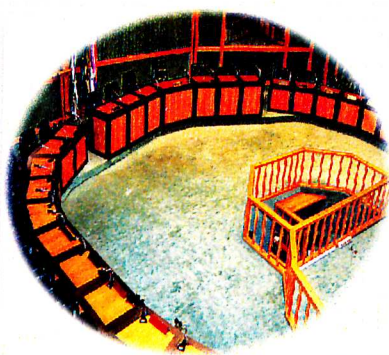


*DR. ALBERTO NOGUEIRA*  
*Gestão: de 1999 a 2001*



# DESEMBARGADORES FEDERAIS

(em ordem alfabética)



*Dr. Agostinho Fernandes*



*Dr. Alberto Nogueira*



*Dr. Antônio Cruz Netto*



*Dr. Arnaldo Lima*



*Dr. Benedito Gonçalves*



*Dr. Carreira Aloim*



*Dr. Castro Aguiar*



*Dr.ª Celia Georgakópoulos*



*Dr. Celso Passos*



*Dr. Chalu Barbosa*



*Dr. Clélio Erthal*



# DESEMBARGADORES FEDERAIS

(em ordem alfabética)



*Dr. Fernando Marques*



*Dr. Francisco Pizzolante*



*Dr. Frederico Queiros*



*Dr.ª Julieta Lúcia Lunz*



*Dr.ª Maria Helena Cisne*



*Dr.ª Marilena Franco*



*Dr. Ney Fonseca*



*Dr. Ney Valdares*



*Dr. Paulo Barata*



*Dr. Paulo Espírito Santo*



*Dr. Raldênio Costa*



*Dr. Ricardo Regueira*



## DESEMBARGADORES FEDERAIS

(em ordem alfabética)



*Dr. Rogério Carvalho*



*Dr. Romário Rangel*



*Dr. Sérgio D'Andréa Ferreira*



*Dr. Sérgio Feltrim*



*Dr. Silvério Cabral*



*Dr. Tania Heine*



*Dr. Tanyra Vargas*



*Dr. Valmir Peçanha*



*Dr. Vera Lúcia Lima*

## DIRETORES GERAIS



*Dr. Eduardo Machado*



*Dr. Adília Alencar*



*Dr. Luiz Carlos Carneiro da Paixão*



# AS ADMINISTRAÇÕES

## PERFIL

### Os principais destaques das gestões dos Presidentes do TRF da 2ª Região.



Às 9 horas da manhã de 31 de março de 1989, um dia após o nascimento do TRF no até então prédio do Instituto Brasileiro do Café, o Desembargador Federal Romário Rangel abria a primeira sessão plenária da Corte. O teor da pauta versava sobre um único tema: tomar as medidas indispensáveis para tornar o Tribunal apto a desempenhar as atividades judiciárias e administrativas que, a partir daí, seriam de sua competência. A fim de absorver e movimentar o acervo de 10 mil processos legado pelo extinto Tribunal Federal de Recursos, foi preciso, antes de mais nada, requisitar funcionários, pedir, por empréstimo, a outros órgãos públicos, mesas, cadeiras e máquinas de escrever e suprir a Casa com papel, copos, garrações de água...

Nada ou muito pouco no edifício aparentava estar pronto para receber um tribunal federal; as reformas que ainda seriam necessárias (e urgentes) incluíam até sua infra-estrutura, como as instalações elétricas, hidráulicas e de prevenção de incêndio e de sonorização. Foi ainda preciso adquirir linhas telefônicas e aparelhos de microfilmagem e estenotipia, haja vista a carência de taquígrafos.

Da mesma forma, as Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo foram alvo de ações da Presidência, que tiveram por fim preencher algumas lacunas importantes de caráter estrutural e operacional: em ambas foram instalados novos equipamentos de informática e fac-símile; no Espírito Santo, foi desapropriado, para que fosse expandido, o prédio onde funciona a Justiça Federal de primeiro grau; no Rio de Janeiro, o Deposi-

to Judicial foi reformado e iniciaram-se as obras para a construção do anexo II da Seção Judiciária.

Já nesta altura, a Presidência antevia a importância de começar a tecer uma rede de informática para o TRF: foram feitos estudos técnicos e traçados planos para a estruturação do setor; o equipamento foi comprado e os bancos de dados alimentados com as informações processuais.

A partir da reunião de Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, em Pernambuco, no ano de 1990, foi celebrado um convênio que conectou o TRF da 2ª Região ao "Prodasen", possibilitando aos magistrados da Corte a pesquisa e o amplo acesso a informações sobre legislação e sobre a jurisprudência do STF e do antigo Tribunal Federal de Recursos. Pouco depois, para aprimorar a automação de dados, foram instalados dois sistemas conhecidos tecnicamente como "BBS" (*bulletin board system*): um para manter um banco de dados da jurisprudência e julgados do Tribunal e outro, para fornecer e atualizar informações acerca do andamento dos processos que tramitavam pela Corte aos advogados e jurisdicionados que manifestassem interesse em conhecê-las.

Com o crescimento do efetivo de servidores do TRF, na gestão de Dr. Romário Rangel foram criados e supridos com pessoal, equipamentos e material os serviços de atendimento médico e odontológico.

A fim de integrar e difundir assuntos correntes, de interesse dos membros da comunidade interna, bem como comunicar decisões, projetos e planos da Casa, a Presidência promoveu o lançamento do "Boletim Interno", que ainda é distribuído, e do "TRF Notícias", uma publicação pioneira, que durante alguns anos circulou pelo prédio da Rua Acre e que foi embrionária de outras propostas e formas de divulgação direcionadas ao público interno e externo que, mais tarde, seriam adotadas pelo Tribunal.



Dois meses após ter tomado posse na Presidência, o Desembargador Federal Paulo Barata concluiu as obras de construção do anexo II da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Também no campo da Justiça Federal de primeiro grau, foi implantado, na 6ª Vara, o projeto "Vara Modelo", que foi estruturado como um laboratório em que fossem determinados a melhor estrutura organizacional, os mais adequados procedimentos, os critérios quantitativos ideais para servidores, bem como o tipo de qualificação profissional que deveria ser almejada.

Dentro do Tribunal, e com os mesmos objetivos, foi criado o "Projeto de Racionalização Operacional". Contando com o apoio da Subsecretaria de Organização e Métodos, a Presidência redefiniu as atribuições das diversas categorias profissionais que integram a Corte, identificando carências e racionalizando as atividades, assim como desenvolvendo novas padronizações para que as rotinas fossem desempenhadas com maior fluência. Isso foi feito com soluções que vão desde criar formulários que agilizassem as tarefas mais repetitivas, até redefinir o *lay-out*, o mobiliário e a sequência no desenrolar dos procedimentos da rotina administrativa.

Também houve a necessidade de mudar o Serviço de Distribuição de Feitos, com vistas a adequá-lo à Constituição Federal, ao mesmo tempo em que foi aprimorado o sistema de distribuição automático.

A modernização dos recursos tecnológicos, que foi buscada, antes de mais nada, através da plena utilização dos equipamentos existentes à época, assim como a capacitação profissional



do corpo de funcionários, mereceram destaque na gestão de Dr. Paulo Barata: a partir de 1992, advogados, pessoas jurídicas e órgãos públicos puderam começar a acessar o banco de dados do Tribunal, via Renpac. Desde que disponha de microcomputador, modem, linha telefônica e do programa, o interessado pode consultar a biblioteca, a jurisprudência ou o andamento do processo.

Quanto à política de recursos humanos, foram adotadas medidas que, entre várias outras, estenderam os benefícios de plano de saúde, vale-transporte e vale-refeição, que já atendiam ao TRF, às Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo; foi criado o Coral dos Servidores e promovida a I Exposição de Artes do Tribunal, também para servidores.

Atuando por outro ângulo, no âmbito da gerência administrativa, e visando a equacionar problemas, propor soluções, estabelecer prioridades e promover interação entre os diferentes setores, facilitando o conhecimento das rotinas e peculiaridades de cada um pelos demais, a Presidência levou a cabo o "I Encontro de Dirigentes das Áreas Administrativas do Tribunal".

Na gestão que abarcou o biênio 1991/1992, a Justiça Federal da 2ª Região tornou-se maior: Foi elaborado, no Plenário do TRF, o anteprojeto de lei de reestruturação da Justiça Federal de 1ª Instância, que deu origem à Lei nº 8535, de 16/12/92. Esta lei criou 35 Varas no Estado do Rio de Janeiro, o que significou, em termos práticos, a ampliação, em mais de cem por cento, do quadro permanente da Corte e motivou a realização do 2º concurso para Juiz Federal Substituto, que preencheu 19 vagas. Com o mesmo efeito, foi reformado adaptado e modernizado o prédio que abriga as Varas de Niterói, possibilitando a instalação de mais duas varas, além da Procuradoria da República e da OAB.



Em 1993, a maioria das varas federais na 2ª Região já possuíam juizes federais substitutos. Com o preenchi-

mento desses cargos, o que já vinha ocorrendo nas gestões anteriores, a prestação jurisdicional tornou-se mais ágil e eficaz, visto o natural desmembramento dos trabalhos. Servindo-se dos resultados que vinham sendo obtidos na área das atividades judiciais, a gestão da Desembargadora Federal Julieta Lunz estendeu a idéia de descentralização para o campo das operações administrativas. Após uma profunda reavaliação organizacional, foram traçadas novas diretrizes, que resultaram num aumento de poder de decisão para os diferentes setores e para cada servidor, em suas atribuições, e foram promovidos diálogos entre a Presidência e os órgãos técnico-administrativos internos.

A partir daí, foram ampliadas as responsabilidades da Secretaria Geral e inseridas modificações operacionais na própria estrutura da Presidência, bem como da Secretaria de Controle Interno e da Secretaria de Planejamento e Orçamento; entre outras providências, foi criada a Seção de Apoio de Cálculo Judiciário, ligada à Secretaria de Atividades Judiciárias; extinta a Assessoria de Recursos junto à Presidência e criada a Assessoria Jurídica, junto à Secretaria Geral; a Subsecretaria de Orçamento e Finanças foi transformada em Assessoria Técnica; foi extinta a Subsecretaria de Planejamento e instituída a Assessoria de Controle Interno.

A Presidência também percebeu que o complexo administrativo, com as reformas, deveria ser cercado de meios para agir. Assim, o sistema de informática foi modernizado e ampliado. Para toda a 2ª Região, foram comprados 26 microcomputadores, 19 notebooks, 130 impressoras, 205 terminais, além de dois computadores de grande porte IBM; foi instalada uma nova central telefônica e adquiridos os *walk talkies* que passaram a servir à segurança da Corte.

Na área de comunicação e aperfeiçoamento, o TRF abrigou, em 1993, um "Encontro de Juizes Federais" e um simpósio patrocinado pelo Conselho de Juizes Federais, que buscaram estimular a indispensável troca e a exposição de pontos de vista sobre as questões do exercício da judicatura.

Na área de recursos humanos, foram designadas uma comissão para avaliar e realizar a progressão classe a classe e a movimentação padrão dos funcionários e outra, para analisar os instrumentos de acompanhamento do desem-

penho dos servidores em estágio probatório.

No biênio em que gerir a Justiça Federal da 2ª Instância foi atribuição da Desembargadora Julieta Lunz, as demandas aumentaram significativamente, sendo preciso pensar no crescimento inevitável: em março de 1993 tomaram posse, além dos juizes federais substitutos aprovados no 3º concurso público, 368 novos servidores; em 9 de dezembro de 1993 foram instaladas a 22ª e a 23ª Varas da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro e, em 18 de novembro de 1994, as 25ª, 26ª, 27ª e 29ª, também na Seção Judiciária do Rio de Janeiro; em 25 de maio de 1994 foi assentada a pedra fundamental das obras de construção dos anexos do Tribunal e, na Seção Judiciária do Espírito Santo, em 14 de dezembro de 1994, foi inaugurado o prédio anexo.



Acompanhando as mudanças estruturais realizadas no Tribunal, o desembargador federal Ney Valadares, em sua gestão, entre outras medidas, instalou, em outubro de 96, a 4ª Turma do Tribunal, ampliando, para esse fim, o Plenário e criando quatro novos gabinetes e uma sala de sessão. Além disso, realizou-se uma concorrência pública para a conclusão da 1ª etapa da construção dos prédios anexos ao Tribunal – hoje, já com a inauguração do Anexo II prevista para o segundo semestre de 99. O Projeto de restauração e adaptação da antiga sede do STF, que teve início em julho de 94, também prosseguiu ao longo de sua gestão.

Para preencher as vagas remanescentes dos concursos anteriores, atendendo ao aumento do volume de processos na 1ª Instância, foi realizado o 3º Concurso Público para Juiz Federal substituto, que aprovou 16 novos juizes, tendo ainda sido definido, em sua gestão, o regulamento de mais um concurso, que seria homologado em outubro de 97, já na gestão seguinte, dando posse a mais 29 juizes federais substitutos.



Para facilitar o acesso à Justiça Federal no interior do Estado do Rio de Janeiro, foi instalada, em maio de 96, a 1ª Vara Federal de Volta Redonda e, ainda em sua gestão, em abril de 96, a Vara Federal de Nova Friburgo. Já na capital, foram localizadas, em julho de 96, mais dez Varas Federais - da 31ª a 40ª - na sede da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Visando a permitir o acesso ao andamento dos processos judiciais de forma interativa, foi criado, em janeiro de 96, o Sistema de Teleatendimento aos advogados e jurisdicionados, que permite a qualquer usuário realizar consultas, através de telefone ou fax. Esse serviço continua em funcionamento até hoje, tendo sido feitas, só no ano de 98, quase 300 mil consultas processuais pelo telefone e 129 mil através de fax.

Em maio de 95, foi aprovado o Regimento Interno do Conselho de Administração, regulamentando os artigos do Regimento Interno deste Tribunal que dispunham sobre a constituição do Conselho de Administração e tornando mais claras sua competência e atribuições. Com essa regulamentação, as decisões sobre os requerimentos administrativos dos juízes federais de 1º Grau e os recursos administrativos interpostos pelos servidores contra atos dos respectivos Diretores de Foro passaram a ser proferidas por um colegiado de Desembargadores do Tribunal, ganhando com isso mais agilidade e precisão.



Para melhorar e agilizar a prestação jurisdicional, a Desembargadora Federal Tania Heine adotou diversas medidas administrativas em sua gestão, tendo instalado 17 varas federais, das quais 10 localizadas no interior do Estado do Rio de Janeiro, além de ter entregado, no dia 5 de março deste ano, as instalações do Foro Especializado da Justiça Federal, onde vão funcionar as varas previdenciárias e criminais e toda a área

administrativa da Justiça Federal de 1ª Instância do Rio de Janeiro.

No Tribunal, entre outras medidas, houve a instalação da 5ª Turma e a ampliação do espaço físico, em virtude da elevação do número de Desembargadores Federais de 18 para 23 membros, decorrente da Lei 8.915/94. Para atender ao volume crescente de processos no Tribunal, o Plenário aprovou a Emenda Regimental nº 14, destacando-se nela a criação de duas Seções e o desmembramento da Vice-Presidência-Corregedoria.

Quanto à expansão física do Tribunal, foi inaugurado, em abril de 98, o prédio Anexo I, que ampliou em 16 mil m² a área do Tribunal, estando o término das obras do Anexo II previsto para o segundo semestre de 1999, não obstante tenham sido inaugurados quatro gabinetes para acomodar os novos desembargadores federais do Tribunal. Em dezembro de 98, concluiu-se a restauração da antiga Sala de Sessões de Julgamento do Supremo Tribunal Federal, no Palácio da Justiça Federal, que abrigará o Centro Cultural da Justiça Federal e cujo projeto de restauração está em andamento desde julho de 1994.

Diante da necessidade de expansão da Justiça Federal, foram realizados dois concursos para Juiz Federal Substituto, através dos quais foram empossados 42 novos magistrados no total. Ainda neste ano será realizado o 6º concurso para tal cargo, já com o edital publicado e inscrições abertas para 58 vagas.

Para o preenchimento do quadro de servidores, também foram realizados dois processos de seleção: o primeiro, em abril de 98, exclusivo para Analista Judiciário, que empossou, até março deste ano, 357 servidores; e, o segundo, realizado em fevereiro de 1999, para preenchimento, em sua maioria, de cargos de nível médio.

Para operacionalizar a agilização no atendimento judicial, a área de informática foi ampliada: em 1997, foram providenciados novos computadores centrais para o Tribunal e para a Seção Judiciária do Rio de Janeiro, expandindo a capacidade de processamento de dados; em 1998, foram instalados pontos de acesso à Internet nos gabinetes dos desembargadores, propiciando a pesquisa à legislação atualizada e à jurisprudência dos Tribunais. Como consequência dos esforços empreendidos na área de informática, além de tornar acessível o correio eletrônico (e-mail), fo-

ram desenvolvidos e implantados serviços de consulta processual e de jurisprudência, quais sejam: o de teleatendimento, acessado via RENPAC, o EDI jurídico processual, os terminais de auto-atendimento e o acesso à Internet, que só no ano de 1998 obteve quase 500 mil consultas ao andamento de processos.

Visando à interação dos servidores, foi realizada, em 1997, em comemoração ao Dia do Servidor Público, a exposição "Data Venia, Eu Sou Artista", em que foram expostos trabalhos de 23 servidores, como pinturas, esculturas, poesias, entre outros; e, em 1998, a I Olimpíada de Integração do TRF e Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Além disso, foram realizadas exposições em comemoração ao Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças.

Para o aperfeiçoamento e a especialização dos juízes federais, foi criada, no dia 1º de agosto de 97, a Escola de Magistratura Regional Federal - EMARF, que nesses dois anos já promoveu encontros, seminários, painéis, palestras, além da ambientação dos juízes federais substitutos.

Tendo como objetivo a agilização da prestação jurisdicional, a Presidência convocou, em maio de 98, quatro juízes federais para auxiliarem nos exames de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial, fruto do aumento de recursos encaminhados aos Tribunais Superiores, e de competência regimental da presidência. Após cinco meses, o mutirão conseguiu desafogar o acervo de 14 mil processos existente, reduzindo-o para cerca de 700 processos. Após o desmembramento da Vice-Presidência-Corregedoria, em novembro de 98, esses recursos passaram a fazer parte da competência da Vice-Presidência.

Além de todas essas medidas, desde abril de 98 está sendo adotado o sistema único de capas e numeração de processos, de forma a acelerar a tramitação processual e facilitar o controle do andamento de processos, economizando material e tempo gastos no processo de autuação de feitos. Todas essas medidas têm resultado no aumento de produção do Tribunal, que só no ano de 1998 julgou 35.754 processos.





# TRF É MANCHETE

## MÍDIA

Veja algumas das vezes em que o TRF - 2ª Região foi destaque.

### Justiça Federal instala Tribunal no Rio

O Rio possui, desde ontem, o seu Tribunal Regional Federal, que julgará também as causas do Espírito Santo. O presidente do novo TRF, Juiz Romário Rangel, disse que a instalação dos TRFs permitirá uma maior rapidez à Justiça Federal.

*Jornal do Commercio (28.03.89)*

### TRF carioca proíbe metanol no País

Para Desembargador, prejuízo à economia não suplanta possíveis malefícios à saúde.

A importação, distribuição e mistura do metanol ao álcool e à gasolina continuam proibidos em todo o país por decisão do presidente do TRF do Rio, Desembargador Romário Rangel.

*O Estado de São Paulo (28.01.90)*

### TRF confirma 147% dos aposentados

O presidente do TRF do Rio, Paulo Barata, negou ontem dois recursos impetrados pelo INSS contra a ordem do Juiz Castro Aguiar, da 11ª Vara Federal/RJ, que mandou o órgão executar a liminar da Juíza Salete Macaló, da 7ª Vara, determinando o pagamento aos aposentados da diferença do reajuste de 147,06%.

*O Globo (31.12.91)*

### Decisão sobre queda de sigilo vai para o TRF

O TRF (Tribunal Regional Federal) da 2ª Região deverá decidir sobre a quebra de sigilo bancário e fiscal de 25 pessoas e 13 empresas acusadas pela Polícia Federal de travarem "uma guerra de grupos" na Petrobrás.

*Folha de São Paulo (30.07.92)*

### TRF julga processo sobre INSS

A 1ª Turma do TRF da 2ª Região negou ontem, por unanimidade, provimento aos recursos apresentados pelo advogado Ilson Escossia da Veiga, condenado pela Justiça, em 1991, a 14 anos de prisão, por participar do esquema de fraudes contra o INSS no Estado do Rio.

*Gazeta Mercantil (14.12.93)*



## TRF derruba o IR sobre dividendos

A 2ª Turma do TRF do Rio julgou inconstitucional o artigo 35 da Lei 7.713/88 que determina a cobrança da alíquota de 8% do imposto de Renda retido na fonte sobre o lucro líquido distribuído a acionista, sócio-quotista ou titular de empresa individual.

Gazeta Mercantil (05.05.94)

## Justiça processa Nader por sonegação

Sem imunidade parlamentar, o ex-deputado José Nader terá de explicar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região seu patrimônio.

Jornal do Brasil (10.02.95)

## Vítimas do "Bateau Mouche" terão indenização

Os Desembargadores da 3ª Turma do TRF condenaram, por unanimidade, a União e onze sócios das empresas Itatiaia Turismo e Bateau Mouche a indenizar as famílias de seis vítimas do naufrágio ocorrido no reveillon de 1989.

Jornal do Brasil (23.05.94)

## Leilão da Vale está valendo

O Plenário do Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro decidiu ontem, por dez votos a cinco, cassar a liminar que suspendia os efeitos do leilão da Vale do Rio Doce.

O Globo (08.05.97)

## Liminar da Ponte é suspensa

O Presidente em Exercício do TRF da 2ª Região, Desembargador Alberto Nogueira, suspendeu ontem à noite a liminar da Juíza Salete Macaló, que bloqueou por 10 dias a arrecadação do pedágio da Ponte Rio-Niterói até que o consórcio Ponte S/A apresentasse documentos.

Jornal do Brasil (03.09.94)



# O QUE ÉRAMOS E O QUE SOMOS

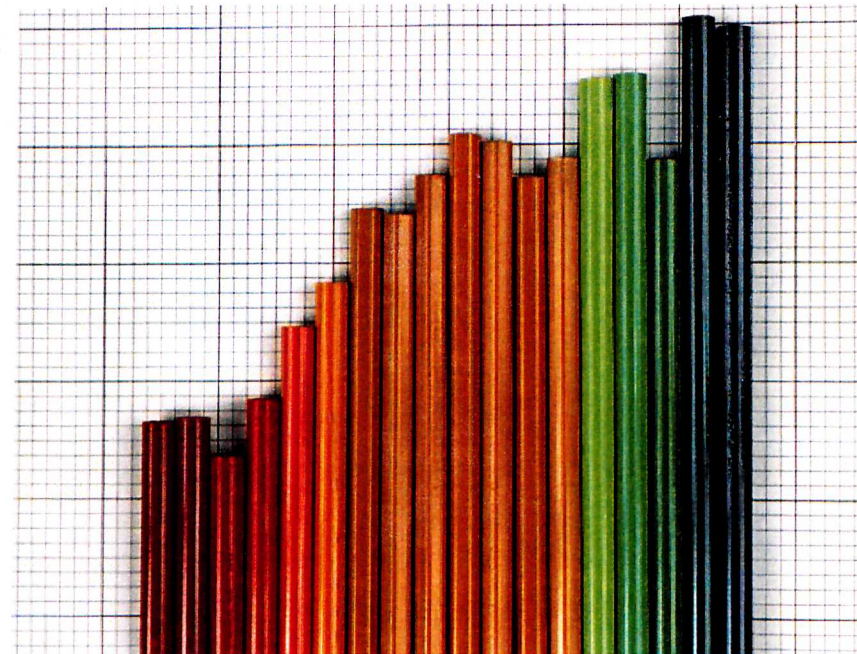
## ESTATÍSTICA

*Veja como o Tribunal mudou desde a sua criação.*

Nesses dez anos de atividade, o TRF-2ª Região presenciou o crescimento de sua demanda processual, registrando um gradativo aumento do volume de processos encaminhados ao Tribunal, o que levou a ampliação física e ao correspondente aumento no quadro de servidores e magistrados.

O aumento no volume de processos, ano a ano, mostra o porquê da necessidade de ampliação. Este dado revela que, atualmente, o cidadão recorre mais ao Poder Judiciário, confia mais nele. O desmembramento do extinto Tribunal Federal de Recursos em cinco Regionais Federais tornou a 2ª instância da Justiça Federal mais próxima do jurisdicionado.

Para adequar-se ao aumento de trabalho, o Tribunal precisou ampliar seu quadro de pessoal. Consequentemente houve uma necessidade de ampliação de suas instalações para abrigar os servidores



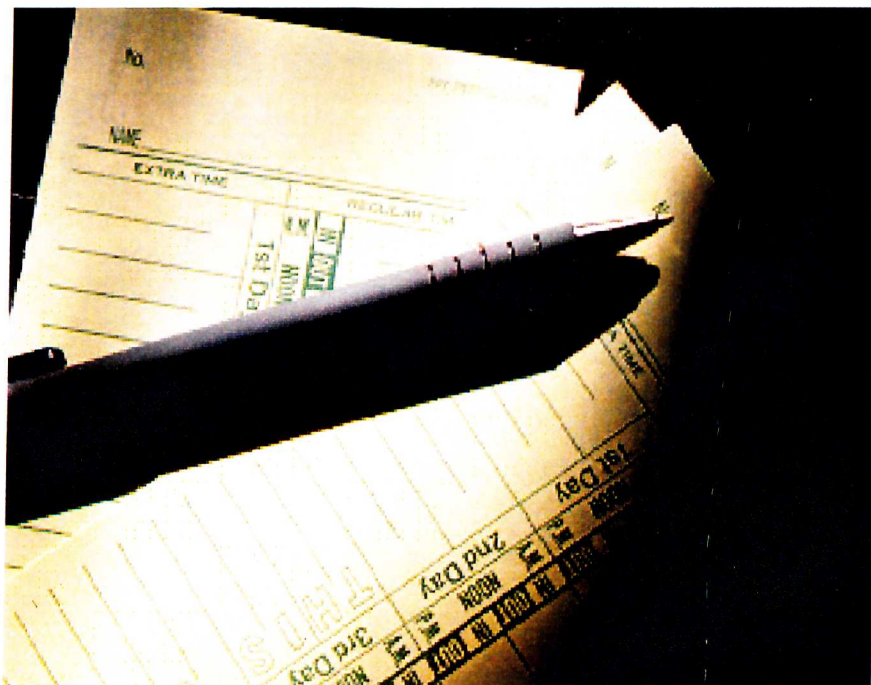
que foram chegando através dos concursos realizados em 1988, 1994 e 1998. Mudaram também o quantitativo de vagas para cada cargo, a qualificação de alguns e novos foram criados.

Se olharmos para março de 1989, perceberemos que o perfil

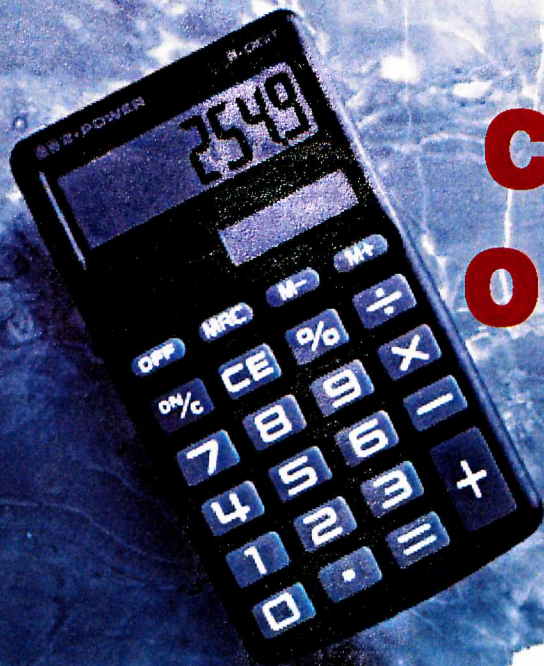
dos servidores do TRF-2ª Região era um pouco diferente do que se apresenta atualmente. Em 10 anos, o número de servidores que possuem curso superior completo aumentou consideravelmente. Este dado nos mostra um aperfeiçoamento desses servidores, que acompanharam o desenvolvimento do Tribunal.

Em relação à faixa etária, houve um amadurecimento natural do quadro de pessoal. Em 1989, o perfil era mais jovem, concentrando a maior faixa de servidores entre 20 e 30 anos. Dez anos depois esta faixa corresponde aos servidores de 30 a 40 anos.

Todos esses fatores representam o desenvolvimento de uma instituição que tem como objetivo tornar cada vez mais eficiente a prestação jurisdicional. Para isso foi fundamental a integração das áreas administrativas que acompanharam o crescimento marcante do Tribunal durante esses 10 anos.

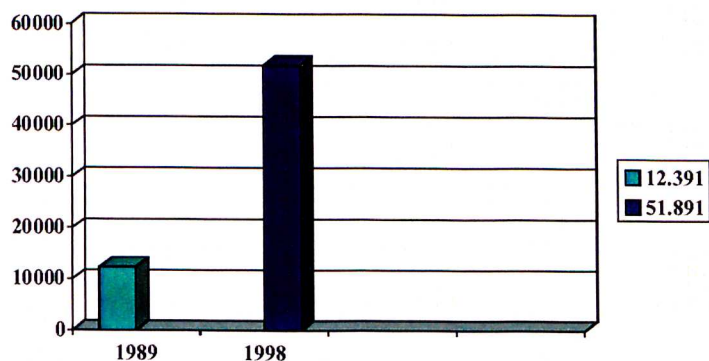




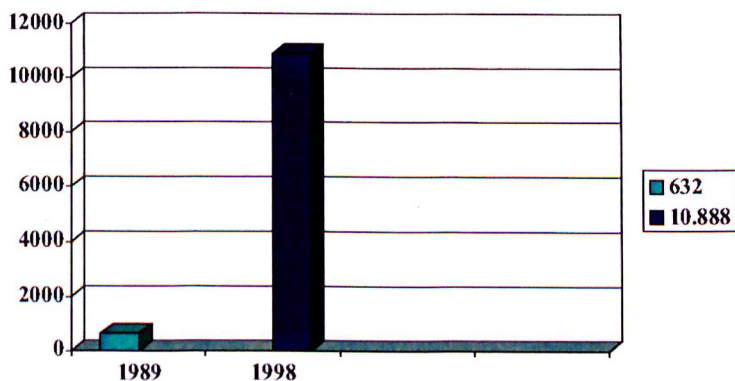


# COMPARANDO OS PRINCIPAIS NÚMEROS

## PROCESSOS DISTRIBUÍDOS



## PRECATÓRIOS APRESENTADOS





## 2ª REGIÃO EM FOCO

### JURISDIÇÃO

*Conheça aqui todos os prédios que compõem a Justiça Federal da 2ª Região.*



**Seção Judiciária  
do Rio de Janeiro**



**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL**



**Seção Judiciária  
do Espírito Santo**



**Foro  
da Baixada  
Fluminense**



**Foro  
Desembargadora  
Marilena Franco**



**Vara Federal de  
Angra dos Reis**



**Vara Federal  
de Campos**



**Vara Federal  
de Itaboraí**





**Vara Federal de Itaperuna**



**Vara Federal de Niterói**



**Vara Federal de Nova Friburgo**



**Vara Federal de Petrópolis**



**Vara Federal de Resende**



**Vara Federal de São Pedro da Aldeia**



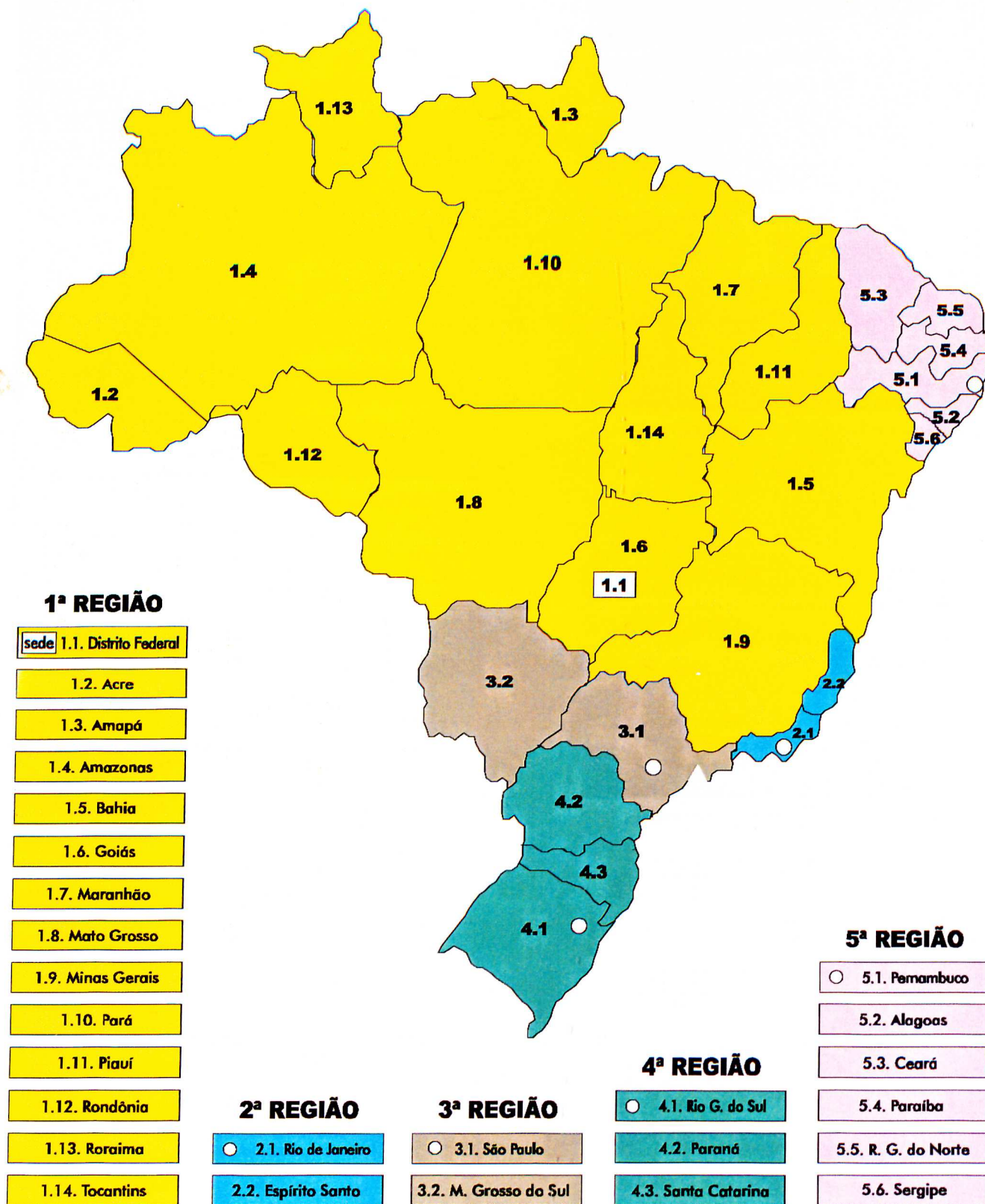
**Vara Federal de Três Rios**



**Vara Federal de Volta Redonda**



# MAPA DA JURISDIÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL BRASILEIRA





## *Hotel Portobello*



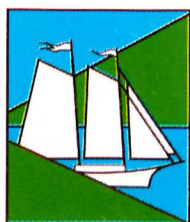
## *Suite Hotel Portugalo*



## *Pousada Porto Paraty*



*Smiles*



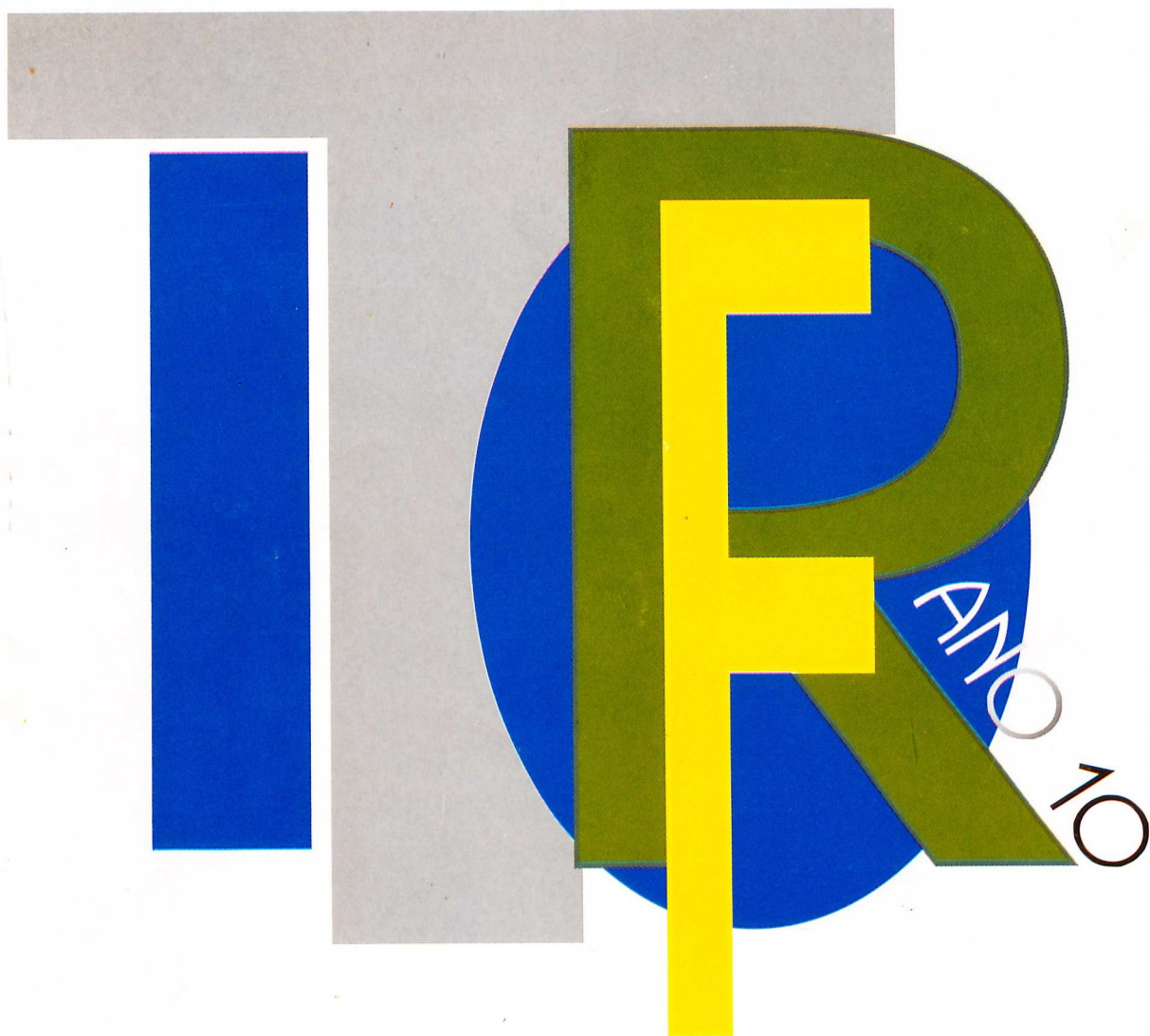
*Safari, praias, e cidade histórica: tem tudo, só falta você.*

INFORMAÇÕES E RESERVAS

Portobello: (021) 689 3000 • Portugalo: (024) 361 4343 • Porto Paraty: (024) 371 2323

<http://www.hotelportobello.com.br> • e-mail: [reservas@hotelportobello.com.br](mailto:reservas@hotelportobello.com.br)





**10 anos na história**